

The Manhattan Declaration

Portuguese Translation

The official text of the Manhattan Declaration is the copyrighted English version which can be downloaded at the Manhattan Declaration website.

Translations into other languages are provided as a courtesy and may not be exact.

[Manhattan
Declaration.org](http://ManhattanDeclaration.org)

Declaração de Manhattan: Uma Chamada à Consciência Cristã

Redigido em 20 de outubro de 2009

Lançado em 20 de novembro de 2009

PREÂMBULO

Os cristãos são herdeiros de uma tradição de 2.000 anos de proclamação da Palavra de Deus, buscando justiça em nossas sociedades, resistindo à tirania e levando compaixão aos pobres, oprimidos e pessoas que sofrem.

Embora reconheçamos plenamente as imperfeições e falhas das instituições e comunidades cristãs em todas as eras, reivindicamos a herança daqueles cristãos que defendiam as vidas inocentes ao resgatar bebês descartados em aterros sanitários nas cidades romanas e que denunciavam publicamente a sanção do império ao infanticídio. Lembramo-nos com reverência daqueles crentes que sacrificaram suas vidas ao permanecer nas cidades para atender aos doentes e moribundos durante as pragas, e daqueles que bravamente morreram nos coliseus por não negar ao Senhor.

Após a invasão da Europa pelas tribos bárbaras, os mosteiros cristãos preservaram não somente a Bíblia como também a literatura e arte da cultura ocidental. Foram os cristãos que combateram o mal da escravidão: editos papais nos séculos XVI e XVII denunciaram tal prática e, pela primeira vez, excomungaram qualquer um que estivesse envolvido no comércio escravagista; cristãos evangélicos na Inglaterra, liderados por João Wesley e William Wilberforce, puseram termo a esse comércio naquele país. Os cristãos, sob a liderança de Wilberforce, também formaram centenas de sociedades para auxílio aos pobres, prisioneiros e trabalhadores infantis acorrentados às máquinas.

Na Europa, os cristãos desafiaram a alegação de divindade dos reis e lutaram com sucesso para estabelecer a norma da lei e equilíbrio dos poderes governamentais, que tornaram a democracia moderna possível. Na América, mulheres cristãs se posicionaram na vanguarda do movimento pelo sufrágio. As grandes cruzadas pelos direitos civis das décadas de 50 e 60 foram lideradas por cristãos citando as Escrituras e afirmando a glória de Deus em cada ser humano independentemente da raça, religião, idade ou classe social.

Essa mesma devoção à dignidade humana tem levado os cristãos nas últimas décadas a trabalhar pelo término do flagelo do tráfico humano e escravidão sexual, trazendo cuidado compassivo aos portadores da AIDS na África, e assistindo a uma miríade de outras causas pelos direitos humanos – desde o fornecimento de água potável às nações em desenvolvimento até a construção de casas para as centenas de milhares de crianças órfãs da guerra, doenças ou discriminação sexual.

Tal qual aqueles que nos precederam na fé, os cristãos atualmente são chamados a proclamar o evangelho da graça, a proteger a dignidade intrínseca da pessoa humana e a sustentar o bem comum. Ao ser fiel ao seu próprio chamado, o chamado ao discipulado, a igreja, através do serviço ao próximo, pode realizar uma profunda contribuição ao bem público.

DECLARAÇÃO

Nós, na qualidade de cristãos Ortodoxos, Católicos e Evangélicos, nos reunimos, começando em Nova Iorque em 28 de setembro de 2009, para redigir a declaração a seguir, a qual assinamos como indivíduos, não em nome de nossas organizações, mas falando das nossas comunidades e para elas. Agimos conjuntamente em obediência ao único e verdadeiro Deus, o Deus triuno de santidade e amor, que pôs sobre nossas vidas uma reivindicação total e por essa reivindicação nos chama, juntamente com os crentes de todas as eras e nações, a buscar e defender o bem de todos os que portam sua imagem. Definimos essa declaração à luz da verdade que é fundamentada nas

Sagradas Escrituras, na razão natural (que é em si mesma, a nosso ver, dom do Deus benevolente) e na própria natureza da pessoa humana. Apelamos a todas as pessoas de boa vontade, assim crentes como não crentes, a considerar cuidadosamente e a refletir criticamente nos tópicos aqui tratados, enquanto nós, assim como o apóstolo Paulo, recomendamos esse apelo à consciência de todos aos olhos de Deus.

Embora todo o escopo do interesse da moral cristã, incluindo uma preocupação especial com os pobres e vulneráveis, clama por nossa atenção, estamos particularmente preocupados de que em nossa nação hoje em dia as vidas dos nascituros, dos deficientes e dos idosos estão gravemente ameaçadas; de que a instituição do casamento, já golpeada pela promiscuidade, infidelidade e pelo divórcio, está em risco de ser redefinida para se moldar a ideologias em voga; de que a liberdade religiosa e os direitos à consciência estão grandemente prejudicados por aqueles que usariam os instrumentos da coerção para compelir pessoas de fé a comprometer suas mais profundas convicções.

Porque a santidade da vida, a dignidade do casamento como uma união entre marido e mulher, e a liberdade de consciência e religião são princípios fundamentais de justiça e bem comum, somos compelidos por nossa fé cristã a falar e agir em sua defesa. Nessa declaração, afirmamos: 1) a dignidade profunda, inerente e igual de cada ser humano como uma criatura moldada à própria imagem de Deus, possuindo direitos intrínsecos de dignidade e vida; 2) o casamento como uma união entre homem e mulher, ordenado por Deus desde a criação, e historicamente compreendido por crentes e não crentes, semelhantemente, como sendo a instituição mais básica na sociedade e 3) a liberdade religiosa, que é fundamentada no caráter de Deus, no exemplo de Cristo, na liberdade inerente e na dignidade dos seres humanos criados à imagem divina.

Somos cristãos que se uniram em torno de linhas históricas de diferenças eclesiais para afirmar nosso direito – e mais importante, para abraçar nossa obrigação – falar e agir em defesa destas verdades. Comprometemo-nos

mutuamente, e com nossos companheiros de fé, de que nenhum poder na terra, seja ele cultural ou político, nos intimidará a nos silenciar ou aquiescer. É nosso dever proclamar o evangelho de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo em sua plenitude, a tempo e fora de tempo. E que Deus nos ajude a não falhar nessa missão.

VIDA

Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Gênesis 1.27

Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância. João 10.10

Embora o sentimento público tenha mudado na direção pró-vida, constatamos, com tristeza, que a ideologia pró-aborto prevalece atualmente no governo norteamericano. Muitos na atual administração querem tornar o aborto legal em qualquer estágio do desenvolvimento fetal, e querem realizá-lo às expensas do contribuinte. A maioria de ambas as casas do Congresso norteamericano sustentam pontos de vista a favor do aborto. A Suprema Corte, cuja decisão infame no famoso caso Roe X Wade em 1973 privou os nascituros de proteção legal, continua a tratar o aborto eletivo como um direito constitucional fundamental, embora tenha confirmado como admissíveis algumas restrições limitativas sobre o mesmo. O atual presidente dos EUA diz que quer reduzir a “necessidade” da prática – um objetivo louvável. Mas também se comprometeu em torná-lo mais fácil e amplamente disponível ao eliminar leis que proibam financiamento do governo, que requeiram períodos de espera por parte de mulheres que procuram por ele, e notificação aos pais para aqueles realizados por menores de idade. Da extinção dessas importantes e eficazes leis pró-vida nada mais se pode esperar senão o aumento significativo do número de abortos eletivos pelos quais as vidas de incontáveis crianças serão ceifadas antes de seus nascimentos. Nosso compromisso com a santidade da vida não é um assunto de lealdade partidária, pois reconhecemos que nos trinta e seis anos que se passaram desde o caso Roe X Wade, os oficiais eleitos e nomeados dos dois maiores partidos políticos têm sido cúmplices em dar sanção legal ao que o Papa João Paulo II descreveu como “a cultura da morte”.

Apelamos a todos esses oficiais, eleitos e nomeados, a proteger e servir a todos os membros de nossa sociedade, incluindo os mais marginalizados, aqueles sem voz e vulneráveis entre nós.

A cultura da morte inevitavelmente deprecia a vida em seus estágios e condições ao promover a crença de que as vidas que são imperfeitas, imaturas ou inconvenientes são descartáveis. Como fora predito por muitas pessoas prescientes, a depreciação da vida iniciada com o aborto já se transformou em metástase. Por exemplo, a pesquisa humana embrio-destrutiva e seus financiamentos públicos são promovidos em nome da ciência e da causa do desenvolvimento de tratamentos e cura para doenças e lesões. O presidente dos EUA e muitos no Congresso nortamericano favorecem que a expansão dessas pesquisas seja incluída na conta do contribuinte com o nome “clonagem terapêutica”. Isso resultaria na produção industrial em massa de embriões humanos que serão mortos para o propósito de produzir linhas de células-tronco e tecidos geneticamente personalizados. E, no extremo oposto da vida, vê-se um movimento poderoso para promover o suicídio assistido e a eutanásia “voluntária” que ameaça a vida dos idosos vulneráveis e dos deficientes. Noções eugênicas como a doutrina de *lebensunwertes Leben* (“vida indigna de vida”) foram primeiramente promovidas na década de 20 pelos intelectuais nos salões das elites da América e Europa. Há muito enterradas na ignomínia depois dos horrores da metade do século XX, elas ressurgiram do túmulo. A única diferença é que agora as doutrinas dos eugenistas são disfarçadas na linguagem da “liberdade”, “autonomia” e “escolha”.

Estaremos unidos e incansáveis em nossos esforços para fazer retroceder a licença para matar que começou com o abandono dos nascituros no aborto. Trabalharemos, assim como sempre o fizemos, para trazer auxílio, conforto e cuidado às mulheres grávidas em necessidade e para aqueles que têm sido vitimados pelo aborto, assim como nos levantamos resolutamente contra a noção corrupta e degradante que pode transparecer de alguma forma nos maiores interesses das mulheres que se submetem a deliberadamente matar seus filhos ainda não nascidos. Nossa mensagem é, e sempre será, que a

resposta justa, humana e verdadeiramente cristã às gravidezes de risco é que todos amemos e cuidemos tanto da mãe quanto do bebê.

Um verdadeiro testemunho cristão profético irá insistentemente chamar aqueles que têm sido incumbidos com poder temporal para cumprir a primeira responsabilidade do governo: proteger os fracos e vulneráveis contra o ataque violento, e a fazê-lo sem favoritismos, parcialidade ou discriminação. A Bíblia impõe-nos defender aqueles que não podem se defender, a falar por aqueles que não podem falar por si próprios. Assim defendemos e falamos pelos nascituros, pelos deficientes e pelos dependentes. O que a Bíblia e a luz da razão tornam claras, devemos fazer claro. Devemos querer defender, mesmo a risco e custo de nós mesmos e nossas instituições, as vidas de nossos irmãos e irmãs em cada estágio de desenvolvimento e em qualquer condição.

Nossa preocupação não se refere somente à nação norte-americana. Ao redor do globo, testemunhamos casos de genocídio e “limpeza étnica”, a falha em assistir aqueles que sofrem como vítimas inocentes da guerra, as crianças negligenciadas e abusadas, a exploração de trabalhadores desprotegidos, o tráfico de meninas e moças, o abandono dos idosos, a opressão e discriminação racial, a perseguição de crentes de todas as crenças, o fracasso em tomar os passos necessários para conter a disseminação de doenças que podem ser prevenidas, como a AIDS. Vemos os travestis como emanando da mesma perda do sentido de dignidade da pessoa humana e da inviolabilidade de sua vida que dirige a indústria do aborto, os movimentos para suicídio assistido, a eutanásia e a clonagem humana para pesquisa biomédica. Assim a nossa é, como deveria ser, uma ética verdadeiramente consistente de amor e vida para todos os seres humanos em todas as circunstâncias.

CASAMENTO

Então disse o homem: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; ela será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada. Portanto deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e unir-se-á à sua mulher, e serão uma só carne. Gênesis 2.23-24

Grande é este mistério, mas eu falo em referência a Cristo e à igreja. Todavia também vós, cada um de per si, assim ame a sua própria mulher como a si mesmo, e a mulher reverencie a seu marido. Efésios 5.32-33

Nas Escrituras, a criação do homem e da mulher, e sua união em uma só carne como marido e esposa, é a coroação da realização da obra divina. Na transmissão da vida e no carinho com os filhos, homens e mulheres unidos como casal têm a grande honra de serem parceiros do próprio Deus. O casamento, então, é a primeira instituição da sociedade humana – na verdade é a instituição sobre a qual as demais instituições humanas têm sua fundação. Na tradição cristã referimo-nos ao casamento como “santo matrimônio” para assinalar o fato de que é uma instituição ordenada por Deus e abençoada por Cristo em Sua participação na cerimônia de casamento em Caná da Galileia. Na Bíblia, o próprio Deus abençoa e sustenta o casamento em alta estima.

A vasta experiência humana confirma que essa é a instituição original e mais importante para o sustento da saúde, educação e bem-estar de todas as pessoas da sociedade. Onde é honrado, e onde há uma cultura de casamento florescente, todos são beneficiados – os cônjuges, seus filhos, as comunidades e sociedades na qual vivem. Onde essa cultura começa a erodir, toda a sorte de patologias sociais se manifestam rapidamente. Infelizmente, temos testemunhado no decurso das décadas passadas uma séria deterioração dessa instituição em nosso próprio país. Talvez o indicador mais impressionante e alarmante é a taxa de natalidade fora do casamento. Menos de 50 anos atrás, era da ordem de 5 por cento. Hoje, está acima dos 40. Nossa sociedade – e particularmente seus setores mais pobres e indefesos, onde essa taxa é muito maior ainda do que a média nacional – está pagando um preço altíssimo em delinquência, uso de drogas, crime, encarceramento, desesperança e desespero. Outros indicadores são a ampla coabitação marital e a devastadora alta taxa de divórcio.

Confessamos com tristeza que os cristãos e nossas instituições têm muitas vezes fracassado escandalosamente em preservar a instituição do casamento e em servir como modelo de seu verdadeiro significado. Na medida em que

temos abraçado a cultura do divórcio e permanecido calados sobre as práticas sociais que minam sua dignidade, arrependemo-nos e alertamos aos cristãos para que façam o mesmo.

Para fortalecer as famílias, precisamos parar de tornar glamorosas a promiscuidade e a infidelidade e restaurar em nosso povo um sentido de profunda beleza, mistério e santidade ao amor marital fiel. Precisamos reformar políticas imprudentes que contribuem com o enfraquecimento desta instituição, incluindo a ideia desacreditada do divórcio unilateral. Devemos trabalhar nos domínios jurídico, culturais e religiosos para inculcar nos jovens uma sólida compreensão do que é o casamento, o que ele requer, e por que valem a pena os compromissos e sacrifícios que cônjuges fiéis fazem.

O impulso para redefinir o casamento a fim de reconhecer relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e de múltiplos parceiros é sintoma, mais do que causa, da desintegração da cultura do casamento. Reflete a perda da compreensão de seu significado conforme expresso em nossas leis civis e religiosas e na tradição filosófica que contribuiu para a formação da lei. Ainda assim é imperativo que o impulso seja resistido, pois render-se a ele significaria o abandono da possibilidade de restaurar uma compreensão sólida da questão e, com isso, a esperança de reconstruir uma cultura de casamento saudável. Seria apreender a crença falsa e destrutiva de que casamento significa simplesmente romance e outras satisfações adultas, e não a procriação e o caráter único e o valor das ações e relações cujo significado é moldado por sua aptidão para a geração, promoção e proteção da vida. Na comunhão conjugal e na educação dos filhos (que, como presentes de Deus, são fruto do amor de seus pais), descobrimos as razões profundas e os benefícios do pacto do casamento.

Reconhecemos que há aqueles que são favoráveis à conduta e relacionamentos homossexuais e de múltiplos parceiros, assim como há os que apoiam outras formas de conduta imoral. Temos compaixão por esses que assim se dispõem; respeitamos-lhes como seres humanos com dignidade profunda, inerente e igual; honramos aos homens e mulheres que lutam,

muitas vezes com pouca ajuda, para resistir à tentação de ceder aos desejos que eles, não menos que nós, entendem como irregulares. Estamos com eles, mesmo quando vacilam. Nós, tanto quanto eles, somos pecadores que decaíram da intenção de Deus para nossas vidas. Nós, assim como eles, estamos em constante necessidade da paciência, amor e perdão divinos. Instamos a toda comunidade cristã a resistir à imoralidade sexual, e ao mesmo tempo a se refrear de condenação desdenhosa daqueles que se rendem a ele. Nossa rejeição ao pecado, embora resoluto, nunca deve se tornar rejeição aos pecadores. Pois cada pecador, independentemente do pecado, é amado por Deus, que não visa nossa destruição, mas antes a conversão de nossos corações. Jesus chama a todos os que se desviam do caminho da virtude para um “caminho mais excelente”. Como seus discípulos, estenderemos a mão em amor para ajudar a todos os que ouvem o chamado e querem respondê-lo.

Também reconhecemos que há pessoas sinceras que discordam de nós e do ensino da Bíblia e da tradição cristã sobre questões de moralidade sexual e sobre a natureza do casamento. Alguns dos que aderem a relações com pessoas do mesmo sexo e de múltiplos parceiros, sem dúvida, entendem suas uniões como verdadeiramente maritais. Falham em entender, no entanto, que o casamento é feito possível pela complementaridade sexual de homem e mulher, e que o partilhar de vida compreensivo e multi nivelado que é o casamento inclui a unidade corpórea do tipo que une marido e mulher biologicamente como uma unidade reprodutiva. Assim o é porque o corpo não é meramente um instrumento extrínseco da pessoa, mas uma parte verdadeira da realidade pessoal do ser humano. Os seres humanos não são meros centros de consciência ou emoção, ou mentes, ou espíritos habitando corpos não pessoais. A pessoa humana é uma unidade dinâmica de corpo, mente e espírito. O casamento é o que um homem e uma mulher estabelecem quando, rejeitando todos os outros e prometendo um compromisso para a vida toda, encontram um compartilhar de vida em todos os níveis do ser – biológico, emocional, humor, racional e espiritual – em um compromisso que é selado, completo e atualizado pelo intercurso sexual amoroso pelo qual os cônjuges se tornam uma só carne, não em algum sentido metafórico, mas ao preencher conjuntamente as condições comportamentais de procriação. É por isso que na

tradição cristã, e historicamente nas leis ocidentais, casamentos consumados não são dissolúveis ou anuláveis com base na infertilidade, embora a natureza da relação conjugal seja moldada e estruturada por sua orientação intrínseca para o bem maior da procriação.

Entendemos que muitos de nossos concidadãos, incluindo alguns cristãos, creem que a definição histórica de casamento como a união de um homem e uma mulher seja a negação da igualdade dos direitos civis. Perguntam-se qual seria a resposta ao argumento que assevera que nenhum dano seria causado a eles ou a qualquer pessoa se a lei da comunidade conferisse a dois homens ou a duas mulheres que vivem juntos em uma parceria sexual o *status* de estarem “casados”. Não iria, no final das contas, afetar seus próprios casamentos, iria? Sob exame mais profundo, no entanto, o argumento de que leis regendo um tipo de casamento não afetaria outros não pode se sustentar. Se fosse para provar algo, iria revelar muito mais do que esperado: a suposição de que o *status* legal de um tipo de relacionamento conjugal não afeta outro não iria apelar somente para parcerias do mesmo sexo; poderia também afirmar igual validade às parcerias múltiplas, poligâmias, e mesmo irmãos e irmãs adultos vivendo relações incestuosas. Deveriam tais relacionamentos, por uma questão de igualdade ou direitos civis, ser reconhecidos como casamentos legalizados, e poderia-se afirmar que os mesmos não teriam qualquer efeito em outros relacionamentos? Não. A verdade é que casamento não é algo abstrato ou neutro que a lei possa legitimamente definir ou redefinir para agradar àqueles que são poderosos ou influentes.

Ninguém tem o direito civil de ter uma relação não marital tratada como casamento. Casamento é uma realidade objetiva – uma união pactual de marido e mulher – que é dever da lei reconhecer e apoiar pelo bem da justiça e do bem comum. Se falhar em fazê-lo, danos sociais genuínos se seguirão. Primeiramente, a liberdade daqueles para quem essa é uma questão de consciência fica comprometida. Em segundo lugar, os direitos dos pais são transgredidos na vida familiar e os programas de educação sexual nas escolas são usados para ensinar às crianças que um entendimento inteligente reconhece como “casamento” as parcerias sexuais que muitos dos pais creem

serem intrinsecamente não maritais e imorais. Em terceiro, o bem comum da sociedade civil é prejudicado quando a própria lei, em sua função pedagógica crítica, se torna um instrumento para minar uma boa compreensão do casamento, da qual o florescimento da cultura marital depende vitalmente, em qualquer sociedade. Infelizmente, estamos longe de ter uma próspera cultura do casamento. Mas se temos que iniciar o processo criticamente importante de reforma de nossas leis e costumes para reconstruir tal cultura, a última coisa que podemos nos permitir fazer é redefinir essa relação de forma que nossas leis incorporem uma falsa proclamação do que é o casamento.

E assim é por amor (não por “animosidade”) e por uma preocupação prudente pelo bem comum (não “preconceito”), que nos comprometemos a trabalhar incessantemente para preservar a definição legal de casamento como a união de um homem e uma mulher e para refazer sua cultura. Como, como cristãos, poderíamos agir de forma diferente? A Bíblia nos ensina que casamento é parte central do pacto divino na criação. Na realidade, a união de marido e esposa espelha o vínculo entre Cristo e Sua igreja. Desta forma, assim como Cristo se dispôs por amor, a dar-se a Si mesmo pela Igreja em sacrifício pleno, dispomo-nos a fazer qualquer sacrifício que nos seja demandado para o bem do inestimável tesouro que é o casamento.

LIBERDADE RELIGIOSA

O Espírito do Senhor Deus está sobre mim, porque o Senhor me ungiu para pregar boas-novas aos mansos; enviou-me a restaurar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos, e a abertura de prisão aos presos. Isaías 61.1

Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus. Mateus 22.21

A luta pela liberdade religiosa através dos séculos tem sido longa e árdua, portanto não é uma ideia nova ou um desenvolvimento recente. A natureza dessa liberdade é baseada no próprio caráter divino, o Deus que é mais plenamente conhecido com a vida e obra de Jesus Cristo. Determinados a seguir Jesus fielmente na vida ou morte, os cristãos primitivos apelaram para a maneira pela qual a encarnação aconteceu: “Deus enviou Jesus, como supõem alguns, como um tirano brandindo o medo e o terror? Não foi assim, mas em brandura e mansidão..., pois a compulsão não é um atributo divino” (Epístola a Diogneto 7.3-4). Assim sendo, o direito à liberdade religiosa tem seu fundamento no exemplo do próprio Cristo e na própria dignidade da pessoa humana criada à imagem de Deus – uma dignidade, como proclamaram nossos fundadores, inerente em cada ser humano e reconhecida por todos no exercício da razão correta.

Os cristãos confessam que somente Deus é Senhor da consciência. Imunidade à coerção religiosa é a pedra angular de uma consciência irrestrita. Ninguém deve ser constrangido a abraçar uma religião contra sua vontade, nem as pessoas de fé deveriam ser proibidas de adorar a Deus de acordo com o que dita a consciência, ou de expressar livre e publicamente suas profundas convicções religiosas. O que é válido para os indivíduos, aplica-se às comunidades religiosas também.

É irônico que aqueles que hoje em dia afirmam o direito de matar os nascituros, idosos e deficientes e também o direito de se envolver em práticas sexuais imorais, e até o direito de ter relacionamentos integrados em torno dessas práticas, sejam reconhecidos como beneficiados pela lei. Tais pessoas reivindicando esses “direitos” estão frequentemente na vanguarda daqueles que impedem o direito dos outros de expressar seus compromissos religiosos e morais com a santidade da vida e com a dignidade do casamento como a união conjugal de marido e mulher.

Observamos isso, por exemplo, no esforço para enfraquecer ou eliminar cláusulas de consciência, e portanto compelir instituições a favor da vida (incluindo hospitais e clínicas afiliados religiosamente), médicos pró-vida, cirurgiões, enfermeiros e outros profissionais de saúde a se referirem ao aborto e, em certos casos, a até realizarem ou participarem de um. Vemos isso no uso de estatutos antidiscriminação que forçam instituições religiosas, empresas e prestadores de serviços de vários tipos a cumprir atividades que pensam ser profundamente imorais, ou a abandonar o negócio. Depois da imposição judicial do “casamento entre pessoas do mesmo sexo” em Massachusetts, por exemplo, instituições de caridade católicas escolheram com grande relutância abandonar suas atividades centenárias na assistência em encaminhar crianças órfãs a bons lares, ao invés de cumprir um mandado legal que as colocariam em lares de casais do mesmo sexo, em violação ao ensinamento moral católico. Em Nova Jersey, depois do estabelecimento de um esquema de “união civil” quasi-marital, uma instituição metodista foi despojada de sua posição de isenção de impostos quando se recusou, por uma questão de consciência religiosa, a permitir que uma de suas instalações operasse para ser usada a fim de abençoar uniões homossexuais. No Canadá e em algumas nações na Europa, clérigos cristãos têm sido processados por pregarem normas bíblicas contra a prática da homossexualidade. Novas leis de crime de ódio na América levantam seu espectro da mesma prática.

Nas décadas recentes, um corpo crescente de jurisprudência tem se comparado ao declínio do respeito aos valores religiosos na mídia, nas academias e nas lideranças políticas, resultando em restrições ao livre exercício da religião. Percebemos isso como um desenvolvimento ameaçador, não somente por causa da sua ameaça à liberdade individual garantida a todas as pessoas, independentemente de sua fé, mas porque a tendência também ameaça o bem-estar comum e a cultura da liberdade sobre qual nosso sistema de governo republicano é fundamentado. Restrições à liberdade de consciência ou da capacidade de contratar pessoas de uma determinada fé ou convicções morais conscienciosas para instituições religiosas, por exemplo, minam a viabilidade das estruturas intermediárias da sociedade, que são o escudo contra a autoridade arrogante do estado, resultando no despotismo disfarçado

que Tocqueville tão profeticamente nos alertou.¹ A desintegração da sociedade civil é um prelúdio à tirania.

Como cristãos, levamos a sério a admoestação bíblica de respeitar e obedecer os que estão em posição de autoridade. Cremos nas leis e no seu cumprimento. Reconhecemos o dever de cumpri-las, quer gostemos delas ou não, a menos que sejam gravemente injustas ou que requeiram daqueles a elas sujeitos que façam algo injusto ou, de outra forma, imoral. O propósito bíblico para a lei é de preservar a ordem e servir à justiça e ao bem comum; assim, leis injustas – e especialmente aquelas que objetivem compelir os cidadãos a fazerem o que é injusto – solapam o bem comum, ao invés de servi-lo. Voltando aos primeiros dias da igreja, os cristãos se recusaram a comprometer sua proclamação do evangelho. Em Atos 4, Pedro e João foram proibidos de pregar. Sua resposta foi: “Julgai vós se é justo diante de Deus ouvir-nos antes a vós do que a Deus, pois nós não podemos deixar de falar das coisas que temos visto e ouvido.” Através dos séculos, o cristianismo tem ensinado que a desobediência civil não é somente permitida, mas algumas vezes exigida. Não há defesa mais eloquente dos direitos e deveres da consciência religiosa do que o oferecido por Martin Luther King Jr., em sua Carta de Uma Prisão em Birmingham. Escrevendo de uma perspectiva explicitamente cristã, e citando autores cristãos como Agostinho e Tomás de Aquino, King ensinou que leis justas elevam e enobrecem os seres humanos porque são enraizadas na lei moral cuja fonte principal é o próprio Deus. Leis injustas degradam o ser humano. Na medida em que não podem reivindicar autoridade além da mera vontade humana, falta-lhes qualquer poder para obrigar a consciência. A disposição de Martin Luther King Jr para ir para prisão, ao invés de obedecer à injustiça legal, foi exemplar e inspiradora.

Porque honramos a justiça e o bem comum, não iremos obedecer nenhum edito que objetive compelir nossas instituições a participar de abortos, pesquisas embrio-destrutivas, suicídio assistido e eutanásia, e nenhum ato contra a vida; nem nos curvaremos a qualquer governo que tenha em vista nos forçar a abençoar parcerias com imoralidade sexual, tratá-las como casamento ou equivalente, ou nos conter de proclamar a verdade, como a conhecemos,

sobre a moralidade e imoralidade, e casamento e família. Iremos plena e generosamente dar a César o que é de César. Mas, sob nenhuma circunstância, daremos a César o que é de Deus.

COMITÊ DE REDAÇÃO

Robert George

Professor, McCormick Professor of Jurisprudence; Universidade de Princeton

Timothy George

Professor, Beeson Divinity School; Universidade de Samford

Chuck Colson

Fundador do Chuck Colson Center for Christian Worldview (Lansdowne, VA. EUA)

ⁱAlexis de Toqueville, *Democracy in America*

Direitos Autorais 2009 Charles Colson, Robert George, Timothy George